

DE VALORES MOBILIÁRIOS	
19 ABR. 2000	
REQ. N.º	24.474
PROC. N.º	383 emit

Balanço Analítico em 31 de Dezembro de 1999

Unidade: Escudos

ALCO, SGPS

Código das Contas POC		EXERCÍCIOS			
		1999			31-dez-98
		AB	AP	AL	AL
ACTIVO					
IMOBILIZADO					
Imobilizações Incorpóreas					
431	Despesas de Instalação	227.566.052,0	227.566.052,0	0,0	395.093,0
432	Desp. de Invest. e Desenvolvimento	0,0	0,0	0,0	19.950.639,0
		227.566.052,0	227.566.052,0	0,0	20.345.732,0
Imobilizações Corpóreas					
421	Terrenos e Recursos Naturais	100.264.000,0	0,0	100.264.000,0	100.264.000,0
422	Edifícios e Outras Construções	782.158.700,0	417.592.516,0	364.566.184,0	453.043.121,0
		882.422.700,0	417.592.516,0	464.830.184,0	553.307.121,0
Investimentos financeiros					
4110	Partes Capital em Emp. do Grupo	8.808.317.055,0	0,0	8.808.317.055,0	8.170.768.645,0
4113	Empréstimos a Emp. do Grupo	600.000.000,0	0,0	600.000.000,0	600.000.000,0
4116	Titulos e Outras Aplicações	18.413.102,0	0,0	18.413.102,0	18.413.102,0
414	Investimento em Imóveis	586.983.399,0	32.512.970,0	554.470.429,0	577.899.232,0
		10.013.713.556,0	32.512.970,0	9.981.200.586,0	9.367.080.979,0
CIRCULANTE					
Existências					
		0,0	0,0	0,0	0,0
Dividas de terceiros de M/L Prazo					
		0,0	0,0	0,0	0,0
Dividas de Terceiros de Curto Prazo					
211	Cientes c/c	0,0	0,0	0,0	29.197.477,0
2521	Empresas Interligadas	3.439.878.102,0	0,0	3.439.878.102,0	1.061.822.425,0
2552	Outros Accionistas	0,0	0,0	0,0	68.316.704,0
24	Estado e Outros Entes Públicos	48.122.421,0	0,0	48.122.421,0	90.282.720,0
26	Outros Devedores	720.770.401,0	0,0	720.770.401,0	488.239.488,0
		4.208.770.924,0	0,0	4.208.770.924,0	1.737.858.814,0
15	Titulos Negociáveis	0,0	0,0	0,0	0,0
Depósitos Bancários e Caixa					
12	Depósitos Bancários	1.546.677,0		1.546.677,0	2.765.088,0
11	Caixa	0,0		0,0	0,0
		1.546.677,0		1.546.677,0	2.765.088,0
Acréscimos e Diferimentos					
271	Acréscimos de Proveitos	0,0		0,0	0,0
272	Diferimento de Custos	3.099.084,0		3.099.084,0	1.961.914,0
2711	Impostos Diferidos	0,0		0,0	0,0
		3.099.084,0		3.099.084,0	1.961.914,0
Total de Amortizações			645.158.568,0		
Total de Provisões			32.512.970,0		
TOTAL DO ACTIVO		15.337.118.993,0	677.671.538,0	14.659.447.455,0	11.683.319.648,0

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

Algodoeira Comercial e Industrial, SGPS, s.a.

C.R.C. PORTO - MATR. 15062 - CAP. SOCIAL 5.000.000 CONTOS
CONTRIB. N.º 500 014 345

Balço Analítico em 31 de Dezembro de 1999

Unidade: Escudos

Código das Contas POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	ALCO, SGPS	
		EXERCÍCIOS	
		1999	31-dez-98
	CAPITAL PRÓPRIO		
51	Capital	5.000.000.000,0	5.000.000.000,0
	Acções Próprias		
521	Valor Nominal	-14.000,0	-14.000,0
522	Prémios e Descontos	-44.930,0	-44.930,0
53	Prestações Suplementares	0,0	0,0
54	Prémio de Emissão de Acções	1.930.800.000,0	1.930.800.000,0
	Reservas		
561	Reservas de Reavaliação	146.967.947,0	163.297.119,0
571	Reservas Legais	70.738.475,0	43.508.067,0
579	Outras Reservas	12.501.447,0	12.501.447,0
59	Resultados Transitados	1.665.941.331,0	1.188.819.018,0
	Sub-Total	8.826.890.270,0	8.338.866.721,0
88	Resultado Líquido do Exercício	-105.208.063,0	544.608.168,0
	Total do Capital Próprio	8.721.682.207,0	8.883.474.889,0

INTERESSES MINORITÁRIOS

Interesses Minoritários	0,0	0,0
-------------------------	-----	-----

PASSIVO

29	Provisões p/Outros Riscos e Encargos	37.106.000,0	0,0
	Dividas a Terceiros de M/L Prazo		
231	Dividas a Instituições de Crédito	1.300.000.000,0	1.500.000.000,0
		1.300.000.000,0	1.500.000.000,0
	Dividas a Terceiros de Curto Prazo		
231	Dividas a Instituições de Crédito	2.843.005.749,0	319.101.843,0
221	Fornecedores c/c	126.175,0	50.959.442,0
228	Fornecedores - Fact. em Recep. e Conferência	0,0	15.000.000,0
2522	Empresas Interligadas	1.106.117.285,0	165.000.000,0
2552	Outros Accionistas	580.730,0	606.462,0
219	Adiantamentos de Clientes	0,0	270.000,0
261	Fornecedores de Imobilizado c/c	491.655.544,0	530.236.317,0
24	Estado e Outros Entes Públicos	11.263.475,0	72.794.379,0
26	Outros Credores	123.029.852,0	116.109.861,0
		4.575.778.810,0	1.270.078.304,0
	Acréscimos e Diferimentos		
273	Acréscimos de Custos	24.880.438,0	29.766.455,0
274	Diferimento de Proveitos	0,0	0,0
	Diferenças de Consolidação	0,0	0,0
		24.880.438,0	29.766.455,0
	Total do Passivo	5.937.765.248,0	2.799.844.759,0
	TOTAL DO CAP. PRÓP., PASS. e INT. MIN.	14.659.447.455,0	11.683.319.648,0

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

Algodoeira Comercial e Industrial, SGPS, s.a.

C.R.C. PORTO - MATR. 15062 - CAP. SOCIAL 5.000.000 CONTOS
CONTRIB. N.º 500 014 345

DE	COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	
	19 ABR. 2000	
	24.476	
	383	5117

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 1999

Unidade: Escudos

ALCO, SGPS

Código Das Contas POC		EXERCÍCIOS	
		1999	31-dez-98
	CUSTOS E PERDAS		
61	Custo Merc. Vend. e Mat. Consum.		
	Mercadorias	0,0	0,0
	Matérias	0,0	0,0
		0,0	0,0
62	Fornecimentos e Serviços Externos	154.425.742,0	110.639.490,0
	Custos com o Pessoal		
641+642	Remunerações	54.257.894,0	1.063.916,0
	Encargos Sociais		
643+644	Pensões	0,0	0,0
	Outros	6.448.410,0	314.219,0
		60.706.304,0	1.378.135,0
66	Amortizações do Imobilizado Corp. e Incorpóreo	32.098.675,0	52.159.771,0
67	Provisões	0,0	0,0
		32.098.675,0	52.159.771,0
63	Impostos	7.280.103,0	10.577.251,0
65	Outros Custos Operacionais	795.000,0	606.000,0
		8.075.103,0	11.183.251,0
	(A)	255.305.824,0	175.360.647,0
683+684	Amort. e Prov. para Investimentos Financeiros	23.428.805,0	4.536.431,0
	Juros e Custos Similares		
	Relativo a Empresas Associadas	0,0	0,0
	Outros	161.730.466,0	163.382.690,0
		185.159.271,0	167.919.121,0
	(C)	440.465.095,0	343.279.768,0
69	Custos e Perdas Extraordinárias	57.277.775,0	4.412.552,0
	(E)	497.742.870,0	347.692.320,0
86	Imposto s/Rend. Exercício	0,0	417.000,0
	Interesses Minoritários	0,0	0,0
	(G)	497.742.870,0	348.109.320,0
88	Resultado Líquido do Exercício	-105.208.063,0	544.608.168,0
		392.534.807,0	892.717.488,0

PROVEITOS E GANHOS		1999		31-dez-98	
71	Vendas				
	Mercadorias	0,0		0,0	
	Produtos	0,0		0,0	
72	Prestação de Serviços	96.000.000,0	96.000.000,0	96.000.000,0	96.000.000,0
	Varição da Produção	0,0		0,0	
75	Trabalhos p/Própria Empresa	0,0		0,0	
73	Proveitos Suplementares	104.936.431,0		14.058.260,0	
74	Subsídios à Exploração	0,0		0,0	
76	Outros Proveitos Operacionais	0,0	104.936.431,0	0,0	14.058.260,0
	(B)		200.936.431,0		110.058.260,0
784	Rendimentos e Participações de Capital				
	Relativos a Empresas Associadas	0,0		564.600.000,0	
	Relativos a Outras Empresas	1.078.730,0		735.870,0	
	Rend. Tit. Negoc. e Out. Aplic. Financeiras				
	Relativos a Empresas Associadas	0,0		0,0	
	Outros	77.400.000,0		77.400.000,0	
	Outros Juros e Proveitos Similares				
	Relativos a Empresas Associadas	0,0		0,0	
	Outros	79.761.327,0	158.240.057,0	96.054.232,0	738.790.102,0
	(D)		359.176.488,0		848.848.362,0
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		33.358.319,0		43.869.126,0
	(F)		392.534.807,0		892.717.488,0

Resumo:

Resultados Operacionais: (B) - (A)	-54.369.393,0	-65.302.387,0
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-26.919.214,0	570.870.981,0
Resultados Correntes: (D) - (C)	-81.288.607,0	505.568.594,0
Resultados antes Impostos: (F) - (E)	-105.208.063,0	545.025.168,0
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (G)	-105.208.063,0	544.608.168,0

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração



Algodoeira Comercial e Industrial, SGPS, s.a.

C.R.C. PORTO - MATR. 15062 - CAP. SOCIAL 5.000.000 CONTOS
CONTRIB. N.º 500 014 345

Alco Sgps,SA

Demonstração dos Fluxos de Caixa a 31 de Dezembro de 1999

Unidade: Contos

CONTAS DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	
19 ABR. 2000	
REG. N.º	24.478
PROC. N.º	363 / ENIT

	Exercício 1999	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	82.052	
Pagamentos a Fornecedores	-111.065	
Pagamentos ao Pessoal	-35.128	
Fluxo Gerado pelas Operações	-64.141	
Pagamentos /Recebimentos Imposto Sobre Rendimento	58.589	
Outros Pagamentos/Recebimentos Relativos Actividades Operacionais	-1.556.946	
Fluxo Gerado Antes de Rúbricas Extraordinárias	-1.562.499	
Recebimentos Relacionados com Rúbricas Extraordinárias		
Pagamentos Relacionados com Rúbricas Extraordinárias	-32	
Fluxo das Actividades Operacionais [1]	-1.562.531	
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos Provenientes de		
Investimentos Financeiros		
Imobilizações Corpóreas		
Imobilizações Incorpóreas		
Subsídios de Investimentos		
Juros e Proveitos Similares	3.998	
Dividendos	1.079	5.077
Pagamentos respeitante a:		
Investimentos Financeiros	-623.731	
Imobilizações Corpóreas	-60.158	
Imobilizações Incorpóreas		-683.888
Fluxo das Actividades de Investimento [2]	-678.811	
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos Obtidos	28.366.046	
Aumentos de Capital, Prestações Suplementares e Prémios de Emissão		
Juros e Proveitos Similares		28.366.046
Pagamentos Respeitantes a:		
Distribuição de Resultados	0	
Empréstimos Obtidos	-26.042.142	
Dividendos	-26	
Juros e Custos Similares	-83.754	-26.125.922
Fluxos das Actividades de Financiamento [3]	2.240.124	
Variação de Caixa e Seus Equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-1.218	
Efeito das Diferenças de Câmbio	0	
Caixa e Seus Equivalentes No Início do Período	2.765	
Caixa e Seus Equivalentes No Fim do Período	1.547	

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

ALCO - Algodoeira Comercial e Industrial, S.G.P.S., S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DE 1999

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **Alco - Algodoeira Comercial e Industrial, S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 14.659.447 contos e um total de capital próprio de 8.721.682 contos, incluindo um resultado líquido negativo de 105.208 contos), as Demonstrações dos resultados por natureza e funções e o correspondente Anexo e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 6 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

LEOPOLDO ALVES E ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

6. Contrariamente ao disposto na directriz contabilística nº 9, de aplicação obrigatória para as empresas sujeitas ao Plano Oficial de Contabilidade, a Empresa não aplica o método da equivalência patrimonial na valorização das participações que detém em empresas do grupo e associadas, encontrando-se estas contabilizadas ao respectivo custo de aquisição.

Contudo, e de acordo com o Decreto-Lei nº 238/91 de 2 de Julho, a Empresa prepara demonstrações financeiras consolidadas.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Alco - Algodoeira Comercial e Industrial, S.G.P.S., S.A. em 31 Dezembro de 1999, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

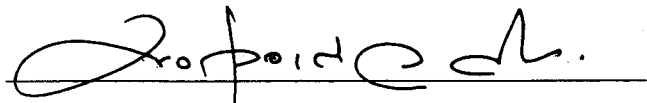
8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- 8.1 As demonstrações financeiras da Empresa referentes a 31 de Dezembro de 1998 são apresentadas apenas para fins comparativos, em cumprimento com o Plano Oficial de Contabilidade. As referidas demonstrações financeiras foram objecto de auditoria efectuada por uma outra sociedade de revisores oficiais de contas a qual emitiu uma opinião com reserva datada de 16 de Fevereiro de 1999.

A nossa nomeação como revisores da Alco - Algodoeira Comercial e Industrial, S.G.P.S., S.A. ocorreu em 18 de Outubro de 1999 para efectuarmos uma auditoria ao exercício a findar em 31 de Dezembro de 1999, pelo que não examinámos as demonstrações financeiras de 1998.

- 8.2 Em exercícios anteriores a Empresa procedeu a reavaliações livres de terrenos e de edifícios. A reserva de reavaliação resultante destas reavaliações foi parcialmente integrada no capital social da Empresa, sem estar assegurada a respectiva realização, contrariamente ao disposto na Directriz Contabilística nº 16.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2000



Leopoldo Alves e Associados, SROC (nº 15)
representada por
Leopoldo de Assunção Alves (ROC nº 319)

Alco – Algodoeira Comercial e Industrial, SGPS, S.A.

**Relatório do Auditor Externo
Exercício de 1999**

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o Relatório de Auditoria sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras anexas da **Alco – Algodoeira Comercial e Industrial, SGPS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 14.659.447 contos e um total de capital próprio de 8.721.682 contos, incluindo um resultado líquido negativo de 105.208 contos), as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e o correspondente Anexo e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade da Administração da **Alco – Algodoeira Comercial e Industrial, SGPS, S.A.** a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente no que respeita aos princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

Âmbito

- 4 Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 7, a auditoria a que procedemos foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto a referida auditoria incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;



- a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; e,
- a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 A nossa auditoria abrangeu ainda o Relatório de gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação divulgada, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos no Código dos Valores Mobiliários.

6 Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7 Contrariamente ao disposto na directriz contabilística nº 9, de aplicação obrigatória para as empresas sujeitas ao Plano Oficial de Contabilidade, a Empresa não aplica o método da equivalência patrimonial na valorização das participações que detém em empresas do grupo e associadas, encontrando-se estas contabilizadas ao respectivo custo de aquisição.

Contudo, e de acordo com o Decreto-Lei nº 238/91 de 2 de Julho, a Empresa prepara as demonstrações financeiras consolidadas.

Opinião com reserva

8 Em nossa opinião, excepto quanto aos eventuais efeitos dos ajustamentos que se poderiam revelar necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafos 7, a ~~informação financeira constante dos mencionados documentos apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Alco – Algodoeira Comercial e Industrial, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 1999, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código dos Valores Mobiliários.~~

Ênfases

9 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1 As demonstrações financeiras da Empresa referentes a 31 de Dezembro de 1998 são apresentadas apenas para fins comparativos, em cumprimento com o Plano Oficial de Contabilidade. As referidas demonstrações financeiras foram objecto de auditoria efectuada por uma outra sociedade de revisores oficiais de contas a qual emitiu um opinião com reserva datada de 16 de Fevereiro de 1999.

A nossa nomeação como auditor externo da Alco – Algodoeira Comercial e Industrial, SGPS, S.A. ocorreu em 18 de Outubro de 1999 para efectuarmos uma auditoria ao exercício a findar em 31 de Dezembro de 1999, pelo que não examinámos as demonstrações financeiras de 1998.



João Augusto & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- 9.2** Em exercícios anteriores a Empresa procedeu a reavaliações livres de terrenos e de edifícios. A reserva de reavaliação resultante destas reavaliações foi parcialmente integrada no capital social da Empresa, sem estar assegurada a respectiva realização, contrariamente ao disposto na Directriz Contabilística nº 16.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2000

João Augusto & Associados, SROC (nº 109)

representada por

João Albino Cordeiro Augusto

(Revisor Oficial de Contas n.º 632)

DE VALORES MOBILIÁRIOS

19 ABR. 2000

REG. Nº 24.485

PROC. Nº 263 / emit



Balanco Analítico em 31 de Dezembro de 1999
Unidade: Escudos

CONSOL ALCO OFIC

Código		EXERCÍCIOS			
das		1999			31-dez-98
Contas		AB	AP	AL	AL
POC	IMOBILIZADO				
Imobilizações Incorpóreas					
431	Despesas de Instalação	268.280.251,0	266.760.463,0	1.519.788,0	3.893.727,0
432	Desp. de Invest. e Desenvolvimento	120.640.790,0	118.011.777,0	2.629.013,0	30.297.613,0
433	Prop. Industrial e Out. Direitos	4.100.408.625,0	585.909.301,0	3.514.499.324,0	4.015.748.490,0
434	Trespases	1.027.000.000,0	620.962.964,0	406.037.036,0	491.518.518,0
	Diferenças de Consolidação	1.310.026.765,0	862.061.930,0	447.964.835,0	479.509.499,0
		6.826.356.431,0	2.453.706.435,0	4.372.649.996,0	5.020.967.847,0
Imobilizações Corpóreas					
421	Terrenos e Recursos Naturais	317.450.807,0	0,0	317.450.807,0	317.450.807,0
422	Edifícios e Outras Construções	2.868.676.600,0	1.003.247.415,0	1.865.429.185,0	2.071.151.763,0
423	Equipamento Básico	5.219.858.017,0	3.870.918.401,0	1.348.939.616,0	1.467.759.360,0
424	Equipamento de Transporte	332.442.063,0	217.968.155,0	114.473.908,0	83.801.421,0
425	Ferramentas e Utensílios	25.260.957,0	18.619.268,0	6.641.689,0	5.362.816,0
426	Equipamento Administrativo	425.495.251,0	353.080.432,0	72.414.819,0	99.453.289,0
427	Taras e Vasilhame	3.575.470,0	3.575.470,0	0,0	35.097,0
429	Outras Imobilizações Corpóreas	499.640.509,0	420.261.451,0	79.379.058,0	92.331.957,0
442	Imobilizações em Curso	297.900.687,0	0,0	297.900.687,0	29.293.500,0
		9.990.300.361,0	5.887.670.592,0	4.102.629.769,0	4.166.640.010,0
Investimentos financeiros					
4110	Partes Capital em Emp. do Grupo	650.007.589,0	0,0	650.007.589,0	12.459.179,0
4112	Partes Capital em Emp. Participadas	660.000,0	0,0	660.000,0	660.000,0
4116	Títulos e Outras Aplicações	18.871.862,0	358.760,0	18.513.102,0	18.513.102,0
414	Investimento em Imóveis	20.212.170,0	9.842.121,0	10.370.049,0	14.670.323,0
		689.751.621,0	10.200.881,0	679.550.740,0	46.302.604,0
CIRCULANTE					
Existências					
36	Mat. Primas, Subsid. e de Consumo	2.458.916.043,0	2.130.719,0	2.456.785.324,0	1.502.138.174,0
34	Subprodutos, Desperdícios e Refugos	72.143.673,0	0,0	72.143.673,0	52.403.179,0
33	Produtos Acabados e Intermédios	878.973.548,0	0,0	878.973.548,0	750.252.988,0
32	Mercadorias	0,0	0,0	0,0	191.673.065,0
		3.410.033.264,0	2.130.719,0	3.407.902.545,0	2.496.467.406,0
Dividas de terceiros de M/L Prazo					
		0,0	0,0	0,0	0,0
Dividas de Terceiros de Curto Prazo					
211	Clientes c/c	4.054.275.398,0	0,0	4.054.275.398,0	5.898.342.175,0
212	Clientes c/Títulos a Receber	28.883.860,0	0,0	28.883.860,0	41.652.682,0
218	Clientes de Cobrança Duvidosa	758.347.848,0	758.347.848,0	0,0	12.863.706,0
2521	Empresas Interligadas	2.819.556.903,0	0,0	2.819.556.903,0	0,0
2541	Empresas Participadas e Participantes	1.707.839,0	0,0	1.707.839,0	2.223.189,0
229	Adiantamentos a Fornecedores	133.234.713,0	0,0	133.234.713,0	239.124.357,0
24	Estado e Outros Entes Públicos	301.434.031,0	0,0	301.434.031,0	923.662.253,0
26	Outros Devedores	1.052.909.468,0	41.851.321,0	1.011.058.147,0	775.465.328,0
		9.150.350.060,0	800.199.169,0	8.350.150.891,0	7.893.333.690,0
15	Títulos Negociáveis	18.408.324,0	0,0	18.408.324,0	52.190.645,0
Depósitos Bancários e Caixa					
12	Depósitos Bancários	62.868.217,0		62.868.217,0	75.734.265,0
11	Caixa	6.309.683,0		6.309.683,0	3.109.776,0
		69.177.900,0		69.177.900,0	78.844.041,0
Acréscimos e Diferimentos					
271	Acréscimos de Proveitos	1.750.000,0		1.750.000,0	44.435.194,0
272	Diferimento de Custos	9.362.881,0		9.362.881,0	30.819.974,0
2711	Impostos Diferidos	0,0		0,0	172.269.380,0
		11.112.881,0		11.112.881,0	247.524.548,0
Total de Amortizações			8.341.377.027,0		
Total de Provisões			812.530.769,0		
TOTAL DO ACTIVO		30.165.490.842,0	9.153.907.796,0	21.011.583.046,0	20.002.270.791,0

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

Balanço Analítico em 31 de Dezembro de 1999

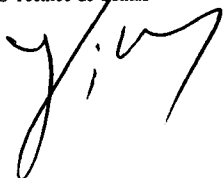
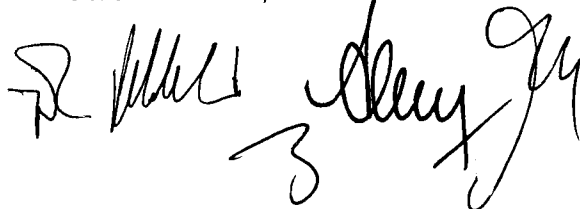
Unidade:Escudos

CONSOL ALCO OFIC

Código das Contas POC		EXERCÍCIOS	
		1999	31-dez-98
	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
	CAPITAL PRÓPRIO		
51	Capital	5.000.000.000,0	5.000.000.000,0
	Acções Próprias		
521	Valor Nominal	-14.000,0	-14.000,0
522	Prémios e Descontos	-44.930,0	-44.930,0
53	Prestações Suplementares	0,0	0,0
54	Prémio de Emissão de Acções	1.930.800.000,0	1.930.800.000,0
55	Ajustamentos de Partes de Capital	0,0	0,0
	Diferenças de Consolidação	9.837.000,0	9.837.000,0
	Diferenças de Conversão Cambial	0,0	0,0
	Reservas		
561	Reservas de Reavaliação	265.664.110,0	303.035.705,0
571	Reservas Legais	90.277.469,0	63.047.061,0
579	Outras Reservas	13.449.695,0	13.449.695,0
59	Resultados Transitados	-1.889.897.373,0	-997.225.808,0
	Sub-Total	5.420.071.971,0	6.322.884.723,0
88	Resultado Líquido do Exercício	-136.806.783,0	-244.896.211,0
	Total do Capital Próprio	5.283.265.188,0	6.077.988.512,0
	INTERESSES MINORITÁRIOS		
	Interesses Minoritários	0,0	0,0
	PASSIVO		
29	Provisões p/Outros Riscos e Encargos	667.906.000,0	1.493.342.000,0
	Dívidas a Terceiros de M/L Prazo		
231	Dívidas a Instituições de Crédito	3.050.000.000,0	3.250.000.000,0
		3.050.000.000,0	3.250.000.000,0
	Dívidas a Terceiros de Curto Prazo		
231	Dívidas a Instituições de Crédito	8.693.887.748,0	5.584.027.445,0
221	Fornecedores c/c	1.402.350.889,0	1.604.452.211,0
228	Fornecedores - Fact. em Recep. e Conferência	117.148.770,0	35.480.109,0
2522	Empresas Interligadas	10.241.829,0	0,0
2552	Outros Accionistas	2.278.900,0	606.462,0
219	Adiantamentos de Clientes	0,0	270.000,0
261	Fornecedores de Imobilizado c/c	666.859.363,0	707.067.106,0
24	Estado e Outros Entes Públicos	130.571.599,0	360.295.978,0
26	Outros Credores	14.246.229,0	2.781.501,0
		11.037.585.327,0	8.294.980.812,0
	Acréscimos e Diferimentos		
273	Acréscimos de Custos	885.200.199,0	732.876.211,0
274	Diferimento de Proveitos	75.446.109,0	139.964.759,0
	Diferenças de Consolidação	12.180.223,0	13.118.497,0
		972.826.531,0	885.959.467,0
	Total do Passivo	15.728.317.858,0	13.924.282.279,0
	TOTAL DO CAP. PRÓP., PASS. e INT. MIN.	21.011.583.046,0	20.002.270.791,0

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

DE	COMISSÃO DO MERCADO
	DE VALORES IMOBILIÁRIOS
	19 ABR. 2000
	REG. N.º 24.489
	PROC. N.º 383 / 19.11

CONSOL ALCO OFIC

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 1999

Unidade: Escudos

Código Das Contas	POC	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
			1999	31-dez-98
61		Custo Merc. Vend. e Mat. Consum.		
		Mercadorias	162.832.530,0	44.710.770,0
		Matérias	20.567.366.318,0	19.776.164.081,0
62		Fornecimentos e Serviços Externos	3.760.992.969,0	3.928.149.953,0
		Custos com o Pessoal		
641+642		Remunerações	1.440.539.113,0	1.439.694.925,0
		Encargos Sociais		
643+644		Pensões	0,0	0,0
		Outros	506.877.252,0	504.446.017,0
66		Amortizações do Imobilizado Corp. e Incorpóreo	779.151.630,0	804.481.155,0
67		Provisões	96.540.737,0	50.686.124,0
63		Impostos	15.958.994,0	15.248.274,0
65		Outros Custos Operacionais	64.918.792,0	67.150.542,0
		(A)	27.395.178.335,0	26.630.731.841,0
683+684		Amort. e Prov. para Investimentos Financeiros	757.956,0	994.111,0
		Juros e Custos Similares		
		Relativo a Empresas Associadas	0,0	0,0
		Outros	1.034.132.924,0	1.126.603.440,0
		(C)	28.430.069.215,0	27.758.329.392,0
69		Custos e Perdas Extraordinárias	805.471.711,0	423.875.577,0
		(E)	29.235.540.926,0	28.182.204.969,0
86		Imposto s/Rend. Exercício	9.678.498,0	43.857.000,0
		Interesses Minoritários	0,0	0,0
		(G)	29.245.219.424,0	28.226.061.969,0
88		Resultado Líquido do Exercício	-136.806.783,0	-244.896.211,0
			29.108.412.641,0	27.981.165.758,0

guy

Dr. H. H. H. H. H.

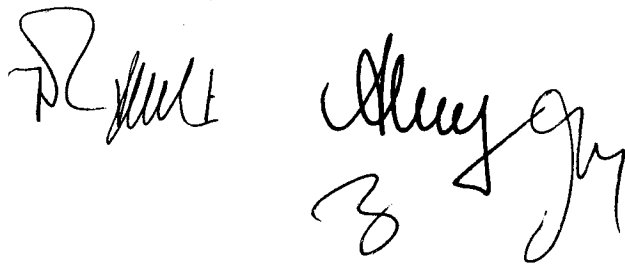
PROVEITOS E GANHOS		1999	31-dez-98
71	Vendas		
	Mercadorias	182.470.760,0	68.493.700,0
	Produtos	27.009.976.950,0	27.113.421.301,0
72	Prestação de Serviços	103.394.324,0	51.507.764,0
		27.295.842.034,0	27.233.422.765,0
	Varição da Produção	148.461.054,0	-71.476.151,0
75	Trabalhos p/Própria Empresa	2.980.243,0	3.771.798,0
73	Proveitos Suplementares	324.359.964,0	233.695.039,0
74	Subsídios à Exploração	4.543.000,0	161.185.308,0
76	Outros Proveitos Operacionais	2.202.542,0	15.454.864,0
		482.546.803,0	342.630.858,0
	(B)	27.778.388.837,0	27.576.053.623,0
784	Rendimentos e Participações de Capital		
	Relativos a Empresas Associadas	0,0	0,0
	Relativos a Outras Empresas	4.557.873,0	2.333.446,0
	Rend. Tit. Negoc. e Out. Aplic. Financeiras		
	Relativos a Empresas Associadas	0,0	0,0
	Outros	0,0	0,0
	Outros Juros e Proveitos Similares		
	Relativos a Empresas Associadas	0,0	0,0
	Outros	271.182.799,0	195.143.444,0
		275.740.672,0	197.476.890,0
	(D)	28.054.129.509,0	27.773.530.513,0
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.054.283.132,0	207.635.245,0
	(F)	29.108.412.641,0	27.981.165.758,0

Resumo:			
Resultados Operacionais: (B) - (A)		383.210.502,0	945.321.782,0
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)		-759.150.208,0	-930.120.661,0
Resultados Correntes: (D) - (C)		-375.939.706,0	15.201.121,0
Resultados antes Impostos: (F) - (E)		-127.128.285,0	-201.039.211,0
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (G)		-136.806.783,0	-244.896.211,0

O Técnico de Contas



O Conselho de Administração



COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS
19 ABR. 2000
29.488
382/611



Grupo Alco
Demonstração dos Fluxos de Caixa a 31 de Dezembro de 1999
Unidade: Contos

	Consolidado 1999
ACTIVIDADES OPERACIONAIS	
Recebimentos de Clientes	29.446.099
Pagamentos a Fornecedores	-22.882.718
Pagamentos ao Pessoal	-1.168.682
Fluxo Gerado pelas Operações	5.394.699
Pagamentos /Recebimentos Imposto Sobre Rendimento	58.589
Outros Pagamentos/Recebimentos Relativos Actividades Operacionais	-4.368.966
Fluxo Gerado Antes de Rúbricas Extraordinárias	1.084.322
Recebimentos Relacionados com Rúbricas Extraordinárias	3.597
Pagamentos Relacionados com Rúbricas Extraordinárias	-339.319
Fluxo das Actividades Operacionais [1]	748.600
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:	
Recebimentos Provenientes de	
Investimentos Financeiros	0
Imobilizações Corpóreas	0
Imobilizações Incorpóreas	0
Subsídios de Investimentos	2.793
Juros e Proveitos Similares	53.017
Dividendos	6.771
	62.581
Pagamentos respeitante a:	
Investimentos Financeiros	-623.731
Imobilizações Corpóreas	-180.058
Imobilizações Incorpóreas	0
	-803.788
Fluxo das Actividades de Investimento [2]	-741.207
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Recebimentos provenientes de:	
Empréstimos Obtidos	57.193.551
Aumentos de Capital, Prestações Suplementares e Prémios de Emissão	0
Juros e Proveitos Similares	0
	57.193.551
Pagamentos Respeitantes a:	
Distribuição de Resultados	0
Empréstimos Obtidos	-56.947.775
Dividendos	-26
Juros e Custos Similares	-296.592
	-57.244.392
Fluxos das Actividades de Financiamento [3]	-50.841
Varição de Caixa e Seus Equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-43.449
Efeito das Diferenças de Câmbio	
Caixa e Seus Equivalentes No Inicio do Período	131.035
Caixa e Seus Equivalentes No Fim do Período	87.586

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

LEOPOLDO ALVES E ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

INSCRIÇÃO NA OROC N.º 15

REGISTO NA CMVM N.º 229

	COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS
	19 ABR. 2000
	REG. N.º 24.482
	PROC. N.º 383 / 611

ALCO – ALGODOEIRA COMERCIAL E INDUSTRIAL, S.G.P.S., S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DE 1999

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Alco – Algodoeira Comercial e Industrial, S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 21.011.583 contos e um total de capital próprio de 5.283.265 contos, incluindo um resultado líquido negativo de 136.807 contos), as Demonstrações dos resultados consolidados por naturezas e funções e o correspondente Anexo e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação das demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos em que o não tenham sido, a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Alco - Algodoeira Comercial e Industrial, S.G.P.S., S.A.** em 31 Dezembro de 1999, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

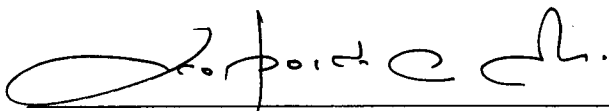
7. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- 7.1 Os valores das demonstrações financeiras da Empresa referentes a 31 de Dezembro de 1998 são apresentadas apenas para fins comparativos, em cumprimento com o Plano Oficial de Contabilidade. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 1998 foram auditadas por uma sociedade de revisores oficiais de contas que emitiu uma opinião, com reserva, sobre as referidas demonstrações financeiras datada de 16 de Fevereiro de 1999.

A nossa nomeação como revisores da **Alco - Algodoeira Comercial e Industrial, S.G.P.S., S.A.** ocorreu em 18 de Outubro de 1999 para efectuarmos uma auditoria às demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 1999, pelo que não examinámos as demonstrações financeiras de 1998.

- 7.2 Em exercícios anteriores a Empresa procedeu a reavaliações livres de terrenos e de edifícios. A reserva de reavaliação resultante destas reavaliações foi parcialmente integrada no capital social da Empresa, sem estar assegurada a respectiva realização, contrariamente ao disposto na Directriz Contabilística nº 16.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2000



LEOPOLDO ALVES E ASSOCIADOS, SROC (nº 15)
representada por
Leopoldo de Assunção Alves (ROC nº 319)



João Augusto & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71-A 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: 351 (-) 21 358 68 00
Telefax: 351 (-) 21 315 30 36

De	COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS
	- 9 AGO. 2000
	43650
	382/ENIT

Alco – Algodoeira Comercial e Industrial, SGPS, S.A.

Relatório do Auditor Externo Contas Consolidadas Exercício de 1999

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o Relatório de Auditoria sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Alco – Algodoeira Comercial e Industrial, SGPS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 21.011.583 contos e um total de capital de 5.283.265 contos, incluindo um resultado líquido negativo de 136.807 contos), as Demonstrações dos Resultados consolidados por naturezas e por funções e o correspondente Anexo e a Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidados do exercício findo naquela data.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade da Administração do Grupo a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira das Empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e aplicados uniformemente em todas as empresas do conjunto, e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos acima referidos, designadamente no que respeita aos princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código dos Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

Âmbito

- 4 A auditoria a que procedemos foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto a referida auditoria incluiu:
 - a verificação de as demonstrações das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente auditadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão respectivo, utilizadas na sua preparação;



- a verificação das operações de consolidação, e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da uniformidade da sua aplicação e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; e
- a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

- 5 A nossa auditoria abrangeu ainda o Relatório de gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação divulgada, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos no Código dos Valores Mobiliários.
- 6 Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Alco – Algodoeira Comercial e Industrial, SGPS, S.A.** em 31 de Dezembro de 1999, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código dos Valores Mobiliários.

Ênfases

- 8 Sem afectar a opinião expressa acima, salientamos os seguintes aspectos:
- 8.1 Os valores das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1998 são apresentados apenas para fins comparativos, em cumprimento com o Plano Oficial de Contabilidade. As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 1998 foram auditadas por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que emitiu uma opinião, com reservas, sobre as referidas demonstrações financeiras datada de 29 de Maio de 1998.

A nossa nomeação como auditor externo da **Alco – Algodoeira Comercial e Industrial, SGPS, S.A.** ocorreu em 24 de Novembro de 1999 para efectuarmos uma auditoria às demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 1999, pelo que não examinámos as demonstrações financeiras de 1998.



- 8.2 A Alco – Algodoeira Comercial e Industrial, S.A. detém um direito de superfície sobre o terreno onde estão localizadas as suas instalações industriais, o qual, face à extensão do período de utilização de 30 anos para 60 anos, ocorrida em 1995, foi reavaliado, mediante uma avaliação independente, em Esc. 834.256.515, apresentando, à data de 31 de Dezembro de 1999 um valor contabilístico de Esc. 759.591.000. De acordo com a Administração do Grupo não existem restrições à possibilidade de transaccionar aquele direito por um valor superior ao seu valor contabilístico.
- 8.3 Em exercícios anteriores a Empresa procedeu a reavaliações livres de terrenos e de edifícios. A reserva de reavaliação resultante destas reavaliações foi parcialmente integrada no capital social da Empresa, sem estar assegurada a respectiva realização, contrariamente ao disposto na Directriz Contabilística nº 16.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2000

João Augusto & Associados, SROC (nº 109)

representada por

João Albino Cordeiro Augusto

(Revisor Oficial de Contas n.º 632)

no Edifício Municipal, Avenida da Liberdade, número 10, e um A, décimo primeiro andar em Lisboa, representado por Jean Eric Gaigne, casado, por número mil e noze, com domicílio profissional no mesmo morado."

A proposta foi posta, depois posta, à discussão, não tendo ninguém tomado de palavra após o que, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente declarou encerradas as deliberações que deixou e, por não se mais haver a tratar foi encerrada a sessão, dando-se lourendo a presente Acta que se repete assim de pelo caso.

Walter
Joyell Antunes

CONSELHO DO MERCADO
SECURITÁRIOS

10/05/2009

45646

383/EMIT

Acta N.º 44

Aos quinze e um dias do mês de Maio de dois mil, pelas onze horas reuniu na sua sede social, sita na Rua Ponte da Pedra, Lugar da Agenha Nova, Gueifães, Maia, a Assembleia Geral da ALCO-Algodoeira Comercial e Industrial, SGPS, S.A.

Aberta a sessão, assumiu a direcção dos trabalhos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Engenheiro Walter Ruiro Pinto Gomes Rosa, que foi secretariado pelo Senhor Vice-Presidente da Mesa, Senhor Doutor Jorge Avelino Monteiro dos Santos.

Encontravam-se igualmente presentes todos os elementos da Administração e da Fiscalização da Empresa.

O Senhor Presidente, depois de ter constatado que se encontravam presentes ou devidamente representados Accionistas detentores da totalidade do capital social, conforme lista de presenças e cartas de representação que ficam arquivadas na sociedade, e que estes davam o seu consentimento para que a Assembleia Geral funcionasse e deliberasse sobre os cinco pontos da Ordem do Dia que abaixo se transcrevem, considerou a mesma devidamente constituída e em condições de validamente funcionar

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa, procedeu à leitura da Ordem do Dia que era da seguinte teor:
PONTO UM: Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas apresentados pelo Conselho de Administração relativos ao exercício de mil novecentos e noventa e nove;

PONTO DOIS: Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;

PONTO TRÊS: Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão e sobre as Contas Consolidadas relativas ao exercício de mil novecentos e noventa e nove;

PONTO QUATRO: Proceder à apreciação geral da Administração e fiscalização da Sociedade.

PONTO CINCO: Deliberar sobre a substituição da Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Doutora Ana Paula de Almeida Pereira.

Entrando-se no primeiro Ponto da Ordem do Dia, e depois de a Assembleia ter dispensado a leitura dos documentos nele referidos em virtude de o respectivo teor ser do conhecimento de todos, foram os mesmos postos à discussão e à votação tendo sido aprovados por unanimidade.

Relativamente ao Segundo Ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente lembrou que o Conselho de Administração propunha, no seu Relatório, que o Resultado Líquido Negativo do Exercício, no valor de PTE 102.208.063.00, fosse transferido para a Conta de Resultados Transitados.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura do Parecer Fiscal Único, o qual propunha que fosse aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados feita pelo Conselho de Administração. Colocada a Proposta sucessivamente à discussão e à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Passando ao Terceiro Ponto da Ordem do Dia, e depois de a Assembleia ter dispensado a leitura dos documentos nele referidos em virtude de o respectivo teor ser também do conhecimento de todos, o Senhor Doutor José Duarte Coutinho de Oliveira Aguiar, pediu a palavra e, em nome do Conselho de Administração,

mesma está presente, salientando os factos mais relevantes da estratégia em desenvolvimento.

Após esta exposição, o Senhor Presidente pôs à discussão e à votação o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas, os quais foram igualmente aprovados por unanimidade.

Já no âmbito do Ponto Quatro da Ordem do Dia foi deliberado, por unanimidade, que, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 376º e 455º do Código das Sociedades Comerciais, fosse expresso um voto de louvor e confiança aos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Sociedade, e a cada um dos seus Membros, pela actividade desenvolvida durante o Exercício findo.

Passou-se finalmente ao Ponto Quinto da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado, também por unanimidade, face à renúncia da Senhora Secretária da Mesa Diretora Ana Paula Almeida Pereira ao respectivo cargo, proceder à sua substituição, até ao final do mandato em curso, pelo Senhor Doutor Paulo Miguel de Matos Barata Ramos Ascensão, casado, com domicílio profissional na Rua General Firmínio Miguel, nº 3 - 12º B, em Lisboa.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão da qual foi lavrada a presente acta que, depois de lida, vai assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pelo Vice-Presidente, actuando este último na qualidade de Secretário.

Wdt
João Antunes